



## Mil dias de governo Bolsonaro

Ricardo Musse

No dia primeiro de maio de 2021, Bruno Meyerfeld, correspondente no Rio de Janeiro do jornal *Le Monde*, escreveu: “Enquanto a marca de 400.000 mortes foi ultrapassada no final de abril, o presidente de extrema direita Jair Bolsonaro afirma não ter cometido “erros” ao lidar com a crise. Pergunta-se: como ele consegue se segurar? O Brasil, devastado pela variante P1, banido no cenário internacional, tem mais de 400 mil mortos da Covid-19 e afunda cada vez mais na carnificina humanitária. A capacidade de resiliência do líder da extrema direita é surpreendente. Sua responsabilidade pelo drama em curso é gritante: Jair Bolsonaro negou sucessivamente a epidemia, impediu qualquer medida de contenção, recusou-se a negociar vacinas, atrasou os planos de imunização. Em qualquer outra democracia, é difícil imaginar um líder assim permanecendo no topo do Estado. E, no entanto, continua desfrutando de popularidade entre 25% a 30% da população e uma sólida maioria no parlamento”.<sup>1</sup>

Passados quase seis meses e 200 mil mortes a mais, a indagação do repórter francês mantém-se atual, indicando um quadro de imobilidade que frustra as expectativas da maioria da população – que avalia, cada vez mais, o governo como ruim e péssimo. Para entender essa situação faz-se necessário examinar, de antemão, o amálgama de forças que sustenta o governo.

## **O pacto rompido**

O caminho que pavimentou a ascensão de Jair M. Bolsonaro, de deputado sem destaque positivo à Presidência da República, tudo indica, iniciou-se com as manifestações de 2013, as assim chamadas “Jornadas de Junho”. Convocadas a partir de pautas que reivindicavam a ampliação de direitos, o fortalecimento de um incipiente Estado do bem-estar social e a implantação de uma efetiva mobilidade social, as passeatas se converteram em demonstrações contrárias ao governo e em atos de repúdio ao marco legal da Constituição de 1988. O processo desencadeado desde então configurou na prática o término do pacto social e político denominado “Nova República”, instalado como resultado de uma transição lenta e gradual da ditadura militar para um regime democrático.

Uma das consequências dessa mudança de regime político sem rupturas foi a convocação de um Congresso Constituinte em lugar da pretendida Assembleia Constituinte soberana, bandeira empunhada por amplos setores da oposição durante os anos de combate à ditadura. A possibilidade de uma Constituinte exclusiva foi inviabilizada com a derrota em 1984 da emenda por eleições presidenciais diretas, a despeito da presença de milhões de pessoas nos eventos da campanha Diretas-Já.

A eleição do Congresso Constituinte em 1986, no bojo do Plano Cruzado – um caso clássico de estelionato eleitoral –, foi, a princípio, encarada com ceticismo no campo da esquerda. Apesar de contar com poucos representantes no parlamento, a esquerda ainda fez valer sua força social por meio de intensas mobilizações em defesa de suas pautas históricas, tarefa facilitada por uma conjuntura que combinava crise econômica e ascensão das lutas da classe

trabalhadora e dos movimentos sociais. O resultado desse processo, a Constituição de 1988, na medida em que atendeu a demandas em si contraditórias de quase todos os setores da sociedade, agradou e ao mesmo tempo desagradou a todos.

A instabilidade do pacto constitucional foi assumida no próprio corpo da Constituição com a inclusão de um apêndice denominado “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, no qual entre outras medidas se estabelecia que “No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País”. Além disso, instituiu-se uma revisão constitucional que redundou na aprovação em 1994 de seis “Emendas constitucionais de revisão”.

Na verdade, o conflito estava instalado no núcleo do texto constitucional. É nítido o descompasso entre as determinações de ordem econômica, orientadas segundo as premissas de uma concepção de Estado liberal, e a garantia de uma plethora de direitos sociais, alicerces do Estado de bem-estar. Na dinâmica desencadeada por esse antagonismo a concepção liberal prevaleceu por meio da aprovação, na década de 1990, de uma série de emendas constitucionais e de leis infraconstitucionais. As modificações na legislação foram justificadas – sucessivamente – como necessidade de adequação (a) à “nova ordem mundial” decorrente da queda do Muro de Berlim; (b) à emergência do fenômeno da “globalização”; (c) ao desenvolvimento de um novo (neoliberal) ambiente de negócios. No interregno dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva o debate arrefeceu. Renasceu com força no bojo dos impactos sociais provocados pela crise econômica de 2008, cujos efeitos só se fizeram sentir no Brasil a partir de 2012. Desencadeadas a partir de uma

demanda específica – a revogação do aumento das passagens do transporte público paulistano decretadas em comum acordo pelos governos do estado (PSDB) e do município (PT) – as manifestações de 2013 transformaram a crise econômica e social em crise política. As disputas em torno da Constituição tomaram as ruas, transbordando “da arma da crítica à crítica das armas”.

As ruas foram ocupadas, primeiro, por movimentos sociais insatisfeitos com a indisposição demonstrada pela coalizão no poder – comandada pelo Partido dos Trabalhadores – em revogar as revisões das Disposições Transitórias da Constituição que levaram ao predomínio do Estado liberal sobre o Estado do bem-estar social. Em seguida, prevaleceu na miríade de reivindicações a pauta – reiterada à exaustão na narração em tempo real dos eventos pela mídia corporativa – da direita neoliberal: preconizava-se simultaneamente a redução do Estado e o fortalecimento de suas instâncias de controle e repressão. O predomínio das bandeiras da oposição ao governo vigente se consolidou como parte de uma narrativa que atribuía todas as mazelas do país à corrupção e esta, por sua vez, a um único tipo de agente – os políticos profissionais. Tratava-se evidentemente de uma construção imaginária, tonificada pela memória recente das transmissões ao vivo das sessões do julgamento do Mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ocorridas no segundo semestre de 2012.

Por meio dessa combinação de movimentos tornaram-se tangíveis os temores expostos por eminentes constitucionalistas no final dos anos 1990.<sup>ii</sup> Com funerais públicos e réquiens festivos, a Constituição tornou-se, desde então, efetivamente “um corpo sem alma”. A racionalidade formal do direito, a legalidade, o procedimento legal, foram substituídas por uma “racionalidade de conteúdo” assentada

na ideologia imposta pela classe dominante sob o disfarce de uma ética, de um “senso-comum” que conquistou os corações e as mentes da maioria da população.

Essa situação foi intensificada pela opção da presidenta Dilma Rousseff em priorizar as demandas vocalizadas pela mídia em detrimento das reivindicações de sua base social. Na sequência, o governo ampliou a dotação orçamentária da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público (reorganizado sob a forma de gigantescas forças-tarefas) e adotou medidas para fortalecer a capacidade de investigação desses órgãos, ampliando seus âmbitos de atuação e, *last but not least*, reforçando os seus poderes legais com a regulamentação de práticas importadas do direito norte-americano, como o instituto da “delação premiada”. Criou-se assim o arsenal institucional e jurídico que possibilitou o surgimento, em 2014, da autodenominada “operação Lava-Jato”.

A violência, no entanto, só eclipsou efetivamente o direito quando novos atores entraram em cena. Os militares – agora liderados pela parcela que resistiu à transição para o regime democrático – participaram ativamente das manifestações contra o governo convocadas a partir de 2014. Em pouco tempo passaram a ditar o tom e o conteúdo desses atos cujo estandarte adquiriu a forma de uma contestação do espírito e da letra da Constituição de 1988.

Com a reeleição de Dilma Rousseff o movimento em favor da deposição da presidenta galvanizou apoio na classe média, no empresariado, na maioria da representação parlamentar no Congresso Nacional e daí em seu órgão consultivo, o Tribunal de Contas da União (TCU). Os seus desdobramentos configuraram uma autêntica contrarrevolução, cuja compreensão não pode ignorar os legados da história social do Brasil (a escravidão, a inquisição, o

patriarcado, o patrimonialismo), a recorrência de governos ditatoriais desde a Proclamação da República e tampouco as tendências autoritárias inerentes à sociabilidade capitalista.

A partir do golpe do impeachment de 2016 que retirou do poder – sem qualquer comprovação de crime de responsabilidade – uma presidenta legitimamente eleita, o Brasil tornou-se efetivamente uma “pseudodemocracia”.

### **Condomínio no poder**

Jair Bolsonaro replicou no Brasil o modelo de organização da direita neofascista do hemisfério norte. Para tanto contou com o apoio explícito de *think tanks* dos EUA como a rede *Atlas Network* e o Instituto Ludwig von Mises [9],<sup>iii</sup> de organizações como a *American Conservative Union* (ACU),<sup>iv</sup> de teóricos como Matt Schlapp e de Steve Bannon. Este último, operador da empresa *Cambridge Analytica*, famosa pelas suspeitas de manipulação de dados na eleição de Donald Trump e no plebiscito que decidiu pelo Brexit.

A coalizão eleitoral que elegeu Jair M. Bolsonaro foi composta pelos segmentos mais poderosos da política e da economia brasileira. Uma aliança assentada, sobretudo, em dois pontos de um programa comum: (a) excluir ou tornar inoperante a ação da classe trabalhadora, seus partidos e sindicatos; (b) implantar um novo choque, em registro *hard*, de neoliberalismo. O acordo em relação a esses dois pontos gerou uma inédita convergência entre a oligarquia política e as diversas frações da classe capitalista, a agrária, a industrial e a financeira; os grupos associados ao setor externo e os voltados para o mercado interno; o grande, o médio e o pequeno empresariado.

Essa associação, construída no decorrer dos mandatos de Dilma Rousseff, cristalizou-se com o golpe que derrubou a presidenta. O governo de Michel Temer seguiu à risca o programa anunciado meses antes da deposição da petista num documento denominado “Uma Ponte para o Futuro”. Instalado no Palácio do Planalto, Temer comandou a aprovação pelo Congresso de uma “reforma trabalhista” concebida como um instrumento de revogação de direitos inscritos na Constituição de 1988. A solda final nessa aliança se deu no segundo turno das eleições de 2018 sob a forma de uma frente compacta contra o candidato do Partido dos Trabalhadores.

A coabitação com os políticos do Centrão, fortalecida no decorrer de 2021, ampliou o arco de apoios do presidente. O governo Bolsonaro é sustentado, em última instância, por adeptos incondicionais do autoritarismo e por grupos indiferentes ao exercício dessa forma do poder. Pode se identificar na sua base, em outro registro, tanto setores pautados pela busca consciente de interesses econômicos como indivíduos motivados por compensações de ordem psíquica ou imaginária. O bolsonarismo é predominante em basicamente quatro grupos sociais ou culturais: os agentes da repressão, os fundamentalistas religiosos, o empresariado e a classe média tradicional.

Os membros das forças coercitivas (dos generais aos vigilantes da segurança privada), executores do monopólio da violência estatal e para-estatal, reforçaram sua adesão a Bolsonaro quando este escolheu a arma como símbolo de sua campanha eleitoral, sinalizando uma “licença para matar”. O discurso, mesmo que visivelmente hipócrita, do conservadorismo moral atraiu fundamentalistas de todas as religiões. O empresariado visualizou no seu governo a realização da pauta ultraliberal de desmonte de direitos trabalhistas e sociais.

A identificação com Bolsonaro de uma massa de indivíduos (“personalidades autoritárias” presentes em todos os segmentos sociais, embora majoritárias apenas no âmbito da classe média) passa pela mobilização de afetos como o medo, o ódio e o ressentimento social.<sup>v</sup> Como condutor de um movimento neofascista, ele estimula mecanismos inconscientes valendo-se de um repertório de procedimentos miméticos provenientes de uma tradição iniciada com Mussolini e Hitler e aclimatada no continente no pós-guerra por uma série de agitadores fascistas norte-americanos.<sup>vi</sup> Esse arsenal foi recentemente atualizado pela imitação da atitude de pastor no púlpito televisivo e do comportamento do apresentador de programas de auditório. Enquanto Bolsonaro demonstra em *lives* diárias ou semanais o domínio de técnicas radiofônicas e televisivas, seus colaboradores, valendo-se do uso cientificamente programado de algoritmos, disseminam nas redes sociais, toneladas de *fake news*.

O bolsonarismo frutificou no solo adubado pelo movimento cultural dito pós-modernista e pela reconfiguração da subjetividade e da identidade individual promovida pela sociabilidade neoliberal. Os teóricos do “pós-modernismo” disseminaram a ideia de que qualquer forma de saber, inclusive o discurso científico, constitui apenas uma “narrativa” sujeita à disputa. Assim, embaralhando as esferas dissociadas ao longo da modernidade, transformaram tudo em luta pelo poder, logo, em política (embora se anunciem como uma antipolítica). As formas determinantes de configuração das identidades neste período de hegemonia neoliberal hipertrofiaram a ação individual num mundo hobbesiano de “cada um para si” (e deus contra), destruindo os últimos resquícios dos vínculos sociais comunitários.



A partir de janeiro de 2019, essa coalizão passou a ocupar os postos centrais de comando do país. No exercício do poder logo afloraram antagonismos decorrentes de interesses heterogêneos de tal forma que a própria composição do governo pode ser descrita como uma situação de “equilíbrio instável permanente”. As contradições latentes entre os participantes do “condomínio do golpe” gestaram uma disputa, acirrada e ainda não decidida, entre os diversos círculos em torno da determinação das diretrizes e do gerenciamento da condução do governo.

O caso mais flagrante das dificuldades em unificar as tendências políticas e ideológicas divergentes presentes no amálgama bolsonarista talvez seja a dança das cadeiras no Ministério da Educação (MEC). Ricardo Vélez Rodriguez permaneceu no cargo por pouco mais de três meses. Seu sucessor Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub durou pouco mais de um ano. Carlos Alberto Decotelli da Silva, o breve, foi nomeado, mas não chegou sequer a tomar posse. O último – o pastor Milton Ribeiro – assumiu o cargo em julho de 2020. Os sinais da instabilidade vão além desse rodízio de ministros, já que movimento idêntico ocorreu nos principais órgãos da estrutura organizacional do MEC: no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Conselho Nacional de Educação (CNE), no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).<sup>vii</sup>

### **A instabilidade como regra**

O cenário de oscilações recorrentes adquiriu novos contornos com a chegada ao país da pandemia do coronavírus. Jair M. Bolsonaro e seu

grupo de seguidores fiéis identificaram na crise sanitária, econômica e social a oportunidade de acelerar o acalentado projeto de implantação de um governo autoritário.

A dinâmica contrarrevolucionária que moldou a vida política do país na última década engendrou uma série de procedimentos que solaparam paulatinamente as bases institucionais da democracia. O processo iniciado com o desrespeito à letra e ao espírito da Constituição deslegitimou o sistema de contrapesos entre os três poderes, eixo central da democracia moderna, colocando como ameaça no horizonte o bonapartismo ou o neofascismo. Neste cenário faz sentido que Jair M. Bolsonaro se movimente para instaurar um governo (e no limite um regime) autoritário. A dimensão antissistema de seus discursos, sua orientação antiestablishment – referendada pelo voto de uma parcela expressiva da população – se cristalizaram na prática como uma negação do marco legal instaurado pela Constituição de 1988.

Nessa direção, em um jantar na residência do embaixador do Brasil em Washington, em 18 de março de 2019, diante da “nata” da extrema direita norte-americana, no meio de um discurso breve, Bolsonaro afirmou: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo (...) nós temos é que desconstruir muita coisa”.<sup>viii</sup>

Pouco mais de um ano depois, na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, cujo vídeo foi liberado por uma decisão do ministro do STF Celso de Melo, Bolsonaro pregou a desobediência aos poderes institucionais reafirmando: “eu quero todo mundo armado”.<sup>ix</sup>

O modelo de poder autoritário visado não tem um figurino determinado. Trata-se de algo a ser definido nos embates com as forças opositoras. É possível, no entanto, identificar simpatias em

Bolsonaro e nos integrantes de seu círculo íntimo por várias formas de regime não democrático: o poder soberano do governante do Antigo Regime, o permanente Estado de exceção do nazi-fascismo, a ditadura militar brasileira sob a égide do AI-5.

Esse movimento brusco, a tentativa meio atabalhoada de ampliar o controle do Executivo sobre a vida política, econômica e social causou dissensões e fragmentações que intensificaram o processo – já em curso desde a posse – de desagregação e reconfiguração do bloco no poder.

Os principais momentos desse desdobramento foram a saída do governo do ministro da saúde Henrique Mandetta, uma indicação do partido Democratas (DEM) e de um influente grupo de deputados; e, na sequência, a demissão do ministro Sergio Moro, representante mor do “lavajatismo” e que contava com apoios expressivos no Judiciário, na mídia corporativa e na classe média tradicional. Um deslocamento do sistema político em relação ao governo se fez notar nas discordâncias sobre as formas de condução da pandemia entre o governo central e a maioria dos governadores e prefeitos.

A resistência à ampliação do poder concentrado nas mãos do presidente se intensificou entre parlamentares, veículos da imprensa, movimentos sociais, órgãos da sociedade civil e na cúpula do Poder Judiciário. Com o distanciamento da direita tradicional em relação ao governo Bolsonaro abriu-se caminho para a instalação simultânea de três investigações sobre a indústria de *fake news*: uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional; um inquérito no STF conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes e outra no bojo de ações em trânsito no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Acuado, sem poder continuar jogando com a suspeita (blefe desmentido pelo general comandante do Exército) de que a pregação

antidemocrática de seus seguidores e de suas redes sociais contava com o respaldo das Forças Armadas, Bolsonaro ensaiou um recuo tático cedendo os postos de ministros palacianos aos militares, considerados não se sabe bem porque como guardiões da institucionalidade, e a condução política do governo ao conglomerado de partidos fisiológicos conhecido como “Centrão”.

Na negociação com os membros do Centrão – muitos deles descendentes diretos da ARENA (Aliança Renovadora Nacional, braço político de sustentação do regime militar) e/ou antigos companheiros do presidente em seus anos de limbo no “baixo clero” do Congresso – Bolsonaro cedeu cargos e verbas que permitiram a esses partidos, nas eleições municipais de 2020, aumentar significativamente o número de votos e de vereadores e prefeitos eleitos. Ele recebeu em troca a garantia de que as movimentações visando a sua destituição cessariam e os processos contra os seus filhos não teriam prosseguimento nem no Legislativo nem no Judiciário.<sup>x</sup> Um dos selos da união foi o interesse comum em enfraquecer a operação Lava-Jato que, mesmo depois da saída de Sergio Moro para ocupar o cargo de Ministro da Justiça, continuava pairando como uma ameaça sobre a cabeça dos políticos.

### **A movimentação da oposição**

Enquanto isso, as forças da oposição organizaram – apesar das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 – gigantescas manifestações de rua exigindo o fim do governo Bolsonaro. A primeira de 2021, em 29 de maio. Seguiu-se outra, menos de um mês depois, em 19 de junho. Convocadas às pressas, por conta das denúncias de corrupção na compra de vacinas pelo governo federal, a

demonstração em 3 de julho levou às ruas um número expressivo de pessoas, em atos com dimensões semelhantes aos eventos anteriores. A partir daí, os atos foram engrossados com a participação de militantes do PSDB e do Cidadania, em sintonia com o arco de apoios aos super pedido de impeachment protocolado na Câmara de deputados no dia 30 de junho. O mais recente, com dimensão semelhante, aconteceu em 02 de outubro.

A principal movimentação da oposição, no entanto, girou em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito dedicada à investigação das medidas adotadas pelo governo desde o início da pandemia de Covid-19. Além de indicar quadros destacados para compor a Comissão, os opositores de Bolsonaro – da direita liberal à extrema-esquerda – mobilizaram a militância e suas redes sociais para amplificar ao máximo a repercussão das denúncias ali apresentadas.

Embora, à primeira vista, as convocações da CPI, pareçam erráticas, seguindo denúncias repercutidas na imprensa e nas redes sociais, um balanço de suas atividades revela a presença de um método e de uma estratégia precisa: as ações da CPI estão orientadas para minar as narrativas e as bases sociais do bolsonarismo.

Primeiro, a CPI concentrou as investigações nas recomendações de tratamento precoce, na criação de empecilhos para a compra das vacinas e no colapso médico da cidade de Manaus, com a falta de oxigênio hospitalar. Conseguiu assim construir uma contra-narrativa que desmoralizou o discurso bolsonarista que sugeria uma condução eficaz no combate à pandemia. Reforçou a acusação de conduta “genocida” do presidente e do governo.

Seguindo a trilha das tratativas referentes à compra de vacinas, a CPI deparou-se com supostas exigências de propinas por parte dos encarregados da logística no Ministério da Saúde. Quebrou-se assim

a narrativa bolsonarista de um governo orientado pelo combate à corrupção.

O rol das pessoas investigadas inclui representantes significativos de três setores que podem ser considerados como a base principal da sustentação ideológica, política e administrativa de Jair M. Bolsonaro. Foram convocados a prestar depoimentos: (a) militares (general Eduardo Pazzuelo e sua equipe no ministério da Saúde); (b) quadros do Centrão (inclusive o deputado líder do governo, Ricardo Barros) e (c) empresários que financiam as atividades de mobilização das milícias bolsonaristas nas ruas e nas redes sociais (entre eles, os bilionários Carlos Wisard e Luciano Hang).

As revelações da CPI destacaram uma série de procedimentos do governo e do presidente Jair M. Bolsonaro que configuram “crimes de responsabilidade”, ponto essencial para a aceitação pelo presidente da Câmara dos deputados do pedido de impeachment. A previsão é que o relatório da CPI seja votado ainda durante este mês de outubro. Entretanto, apesar das repercussões na grande imprensa, nas redes sociais e nas ruas, poucos acreditam na possibilidade do impeachment.

O impedimento do presidente depende de uma, até agora, inexistente maioria qualificada dos deputados. Tampouco se espera uma ação efetiva do comando do Ministério Público, por conta dos interesses pessoais do Procurador Geral, Augusto Aras; da conivência geral dos quadros do MP com o bolsonarismo e das pressões de políticos alinhados ao governo.

**\*Ricardo Musse** é professor do Departamento de Sociologia da USP. Organizou, entre outros livros, *China contemporânea: seis interpretações (Autêntica)*.

## Notas

---

<sup>i</sup> Cf. [https://www.lemonde.fr/planete/article/2021/05/01/au-bresil-qui-recense-plus-de-400-000-morts-du-covid-une-vague-de-pauvrete-s-ajoute-a-celle-de-l-epidemie\\_6078738\\_3244.html](https://www.lemonde.fr/planete/article/2021/05/01/au-bresil-qui-recense-plus-de-400-000-morts-du-covid-une-vague-de-pauvrete-s-ajoute-a-celle-de-l-epidemie_6078738_3244.html).

<sup>ii</sup> Cf. In: FIOCCA, Demian & GRAU, Eros Roberto (orgs.). *Debate sobre a Constituição de 1998*.

<sup>iii</sup> Kátia Gerab Baggio relata com precisão e acuidade os vínculos do *Atlas Network* com os organizadores dos protestos contra o governo de Dilma Roussef no artigo, *postado no site A Terra é Redonda*, “*Atlas Network e o ultraneoliberalismo*”. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/conexoes-ultraliberals-nas-americas/>

<sup>iv</sup> Eduardo Bolsonaro organizou no Brasil, em outubro de 2019, a reunião anual para a América Latina da ACU, a *Conservative Political Action Conference* (CPAC), com financiamento da Fundação Índigo (Instituto de Inovação e Governança), ligada ao PSL. Para um relato do evento cf. FERREIRA, Otávio Dias de Souza. “**A Internacional de extrema-direita**”. In: *A Terra é Redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-internacional-da-extrema-direita/>.

<sup>v</sup> Cf. ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019; FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. In: *O mal-estar na cultura e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

<sup>vi</sup> ADORNO, Theodor. “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo, Unesp, 2015.

<sup>vii</sup> Para um relato da disputa em torno da determinação das diretrizes e do gerenciamento da condução da política educacional cf. Ricardo Musse. “Nota sobre a educação no governo Bolsonaro”. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/nota-sobre-a-educacao-no-governo-bolsonaro/>

<sup>viii</sup> BOLSONARO, Jair M. “Discurso em jantar na residência do embaixador do Brasil em Washington”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dm9j0eS5iWY>

<sup>ix</sup> BOLSONARO, Jair M. “Reunião ministerial de 22 de abril de 2020”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VkCTwQH55Ic>.

<sup>x</sup> Cf. Conrado Hubner. “Operação Copenhagen quer salvar Flávio Bolsonaro”. In: *Folha de S. Paulo*, em 5 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/01/operacao-kopenhagen-quer-salvar-flavio-bolsonaro.shtml>.